



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 14 de abril de 2026 | Caderno Executivo | Seção Atos de Gestão e Despesas

Balanço patrimonial 2025, HR Litoral Norte

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG/HRLN

Gestor do Hospital Regional do Litoral Norte “Francine Maia França”

CNPJ nº 03.969.808/0015-75

COMUNICADO

Em conformidade com a Lei Complementar nº 846, de 04-6-1998

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Conteúdo

Balanço patrimonial

Demonstração do resultado do período

Demonstração do resultado abrangente

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa (método indireto)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balço Patrimonial
Em 31 de dezembro 2025 e 2024
(Em reais)

	Nota	2025	2024
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	17.364.263,37	16.286.390,59
Estoqe	5	2.995.706,44	4.323.353,56
Outros Créditos	6	296.308,33	41.337,29
Despesas pagas antecipadamente	7	316.150,35	240.506,45
		20.972.428,49	20.891.587,89
Não Circulante			
Depósitos Caução	8	23.640,39	-
Depósitos Judiciais	8	127.539,57	32.566,73
Partes Relacionadas	9	1.811.894,01	1.811.894,01
		1.963.073,97	1.844.460,74
Total do ativo		22.935.502,46	22.736.048,63
Ativo compensado	10	36.993.852,84	26.496.873,62
Total do ativo e do ativo compensado		59.929.355,30	49.232.922,25
Passivo Circulante			
Fornecedores	11	10.481.359,97	9.977.958,13
Salários e encargos sociais	12	8.793.841,60	9.212.576,41
Obrigações tributárias	13	685.613,62	788.506,30
Subvenções assistenciais a realizar	14	2.365.383,08	2.480.750,73
Outros passivos	15	260.650,10	100.559,43
		22.586.848,37	22.560.351,00
Não Circulante			
Provisões Contingenciais	16	348.654,09	175.697,63
		348.654,09	175.697,63
Patrimônio Líquido			
Superávit / (Déficit) acumulado		-	-
Total do passivo e patrimônio líquido		22.935.502,46	22.736.048,63
Passivo compensado	10	36.993.852,84	26.496.873,62
Total do passivo, patrimônio líquido e passivo compensado		59.929.355,30	49.232.922,25

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado do Período
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	Nota	2025	2024
Receitas Atividade de Saúde - Com Restrição	17	192.339.880,14	190.655.894,36
Programa atividade de saúde	17.1	189.570.199,21	187.392.746,69
Outras receitas	17.2	2.769.680,93	3.263.147,67
Custos com programa Atividade de Saúde - Com Restrição	18	(166.665.256,20)	(165.789.349,39)
Programa atividade de saúde		(166.665.256,20)	(165.789.349,39)
Superávit (Déficit) bruto Atividade de Saúde - Com Restrição		25.674.623,94	24.866.544,97
Despesas operacionais Atividade de Saúde - Com Restrição	19	(27.750.780,90)	(27.089.972,59)
Com pessoal	19.1	(3.807.002,60)	-
Serviços prestados por terceiros	19.2	(18.307.960,37)	(20.472.252,21)
Gerais e administrativas	19.3	(5.612.377,50)	(6.600.761,13)
Tributárias	19.4	(23.440,43)	(16.959,25)
Bens Patrimoniais Atividade de Saúde - Com Restrição	20	-	-
Adquiridos		-	-
Bens adquiridos CG		(271.081,19)	(100.627,90)
Receita Bens adquiridos CG		271.081,19	100.627,90
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro Atividade de saúde - Com Restrição		(2.076.156,96)	(2.223.427,62)
Resultado Financeiro Atividade de Saúde - Com Restrição	21	2.076.156,96	2.223.427,62
Receitas financeiras		2.110.577,90	2.245.686,64
Despesas financeiras		(34.420,94)	(22.259,02)
Superávit (Déficit) do período Atividade de saúde - Com Restrição		0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	2025	2024
Superávit (Déficit) líquido do período	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

EVENTOS	Patrimônio Social	Outros Resultados Abrangentes	Outras Reservas	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Superávit / (Déficit)	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes do exercício anterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Movimentação do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit / Déficit do Período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Superávit com Restrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos de Gestão e Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo em 31 de dezembro de 2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (método indireto)
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (Déficit) do período - com restrição	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
Estoque	1.327.647,12	(1.581.162,66)
Outros Créditos	(254.971,04)	280.580,03
Despesas Pagas Antecipadamente	(75.643,90)	(17.987,23)
Depósitos Restituíveis	(23.640,39)	-
Depósitos Judiciais	(94.972,84)	(32.566,73)
Fornecedores	503.401,84	6.658.145,71
Salários e encargos sociais	(418.734,81)	878.633,88
Obrigações tributárias	(102.892,68)	35.124,74
Subvenções assistenciais a realizar	(115.367,65)	(7.401.944,74)
Partes relacionadas - a pagar	-	(922,10)
Outros passivos	333.047,13	269.496,54
Caixa e equivalentes de caixa líquidos provenientes das atividades sociais	<u>1.077.872,78</u>	<u>(912.602,56)</u>
Aumento/(Diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.077.872,78</u>	<u>(912.602,56)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>16.286.390,59</u>	<u>17.198.993,15</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u><u>17.364.263,37</u></u>	<u><u>16.286.390,59</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil, de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa.

O Governo do Estado de São Paulo, mais especificamente a SES-SP - Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo, com intuito de aperfeiçoar o atendimento prestado aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) garantindo ao usuário qualidade na assistência em suas unidades, aderiu ao modelo de terceirização da gestão de saúde, atribuindo esta função às OSS - Organizações Sociais ligadas a Saúde.

Com isso, o ISG foi convidado a fazer parte de nova metodologia de gestão de saúde implantada pelo Governo de São Paulo, sendo escolhido em processo licitatório para administrar uma das unidades de saúde do Estado, o HRLN - Hospital Regional do Litoral Norte, localizado na cidade de Caraguatatuba, Estado de São Paulo.

Por meio do Conselho deliberativo do ISG Sede, foi criada uma Filial ISG no local, justamente para aplicar as metodologias de gestão na unidade HRLN, atendendo inicialmente as regras definidas no contrato de gestão nº 1872315/2019, assinado em 20 de dezembro de 2019, com vigência de 60 meses. Em 2024, foi realizado aditamento ao referido contrato por mais 04 (quatro) meses, ou seja, de 01/12/2024 a 31/03/2025.

Em 31 de março de 2025, o ISG celebrou novo contrato de gestão (Processo SEI nº 024.00019610/2025-66), com vigência de 60 meses, para regulamentar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Regional Litoral Norte na cidade de Caraguatatuba, dando continuidade ao processo de gestão da unidade.

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do

Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em atendimento da representação fidedigna (essência sobre a forma), cujas sínteses estarão demonstradas a seguir:

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5. Alteração de Critério de Apresentação

A partir do exercício de 2025, o Instituto promoveu mudança no critério de apresentação das Despesas Operacionais (Nota 19). Os gastos corporativos comuns a todas as unidades englobando despesas com pessoal, serviços prestados por terceiros e consumo de concessionárias (água, luz, internet), entre outros, que no exercício comparativo de 2024 eram apresentados de forma unificada na rubrica "Despesas Corporativas" (subitem 19.2), passaram a ser segregados e classificados de acordo com a sua natureza específica. Essa reclassificação sensibilizou diversos grupos de despesas no exercício de 2025 e tem como objetivo exclusivo aprimorar a transparência e a clareza das informações contábeis, não gerando impactos adicionais no resultado apurado.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes, abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros não derivativos

O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de caixa central (fundo fixo), bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário.

b) Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, impostos, contribuições, e subvenções a realizar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O valor a realizar do contrato de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 024.00019610/2025-66, assinado em 31 de março de 2025, com vigência de 60 meses.

3.2. Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

O Instituto Sócrates Guanaes, por meio do contrato de gestão nº 024.00019610/2025-66, e seus respectivos termos aditivos, administra o Hospital Regional Litoral Norte - HRLN e todos os bens cedidos e/ou adquiridos com recursos do contrato, caso existam. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixaram de ser registrados no imobilizado e no intangível. O contrato de gestão define que tais bens são do Estado e que ao final do contrato estes serão devolvidos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo – SES-SP. Os bens adquiridos no decurso do exercício, caso existam, passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

b) Depreciação

A depreciação, caso exista, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixa de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão e seus respectivos termos aditivos, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, do Estado de São Paulo.

3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment")

O valor contábil do ativo imobilizado, quando existente, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão nº 024.00019610/2025-66, e seus respectivos termos aditivos, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2025.

3.4. Estoques

Os estoques, quando existentes, são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que eles se apresentam livres de ônus ou gravames.

3.5. Patrimônio líquido

O Instituto aplica integralmente, na forma da legislação aplicável, seus recursos na manutenção de seus objetivos.

3.6. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado.

3.7. Tributação

O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto sobre o superávit foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) à Entidade. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo à entidade a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Cada recurso recebido em razão do convênio é alocado em contas-correntes que foram criadas especificamente para geri-lo e aplicá-lo devidamente. Porém, o ISG é responsável pela aplicação destes recursos e todos eles estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte do contratante.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e bancos	2.100,00	4.541,05
Aplicações financeiras (i)	17.362.163,37	16.281.849,54
	<u>17.364.263,37</u>	<u>16.286.390,59</u>

(i) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a fundos de investimentos no Banco do Brasil, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

DESCRIÇÃO	TX. a.a.(%)	TIPO	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Banco do Brasil 22.954-7	13,5135	RF CP	17.135.394,46	16.083.403,39
Banco do Brasil 22.954-7	14,2722	RF LP	226.768,91	198.446,15
			<u>17.362.163,37</u>	<u>16.281.849,54</u>

5. Estoque

Em 31 de dezembro de 2025, o estoque estava assim composto e apresentado pelo valor de custo médio de aquisição.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Estoque	2.835.998,05	4.214.274,71
Estoque em Poder de Terceiros (i)	159.708,39	109.078,85
	<u>2.995.706,44</u>	<u>4.323.353,56</u>

(i) Os estoques em poder de terceiros referem-se a produtos de propriedade do Instituto que se encontram sob a guarda de terceiros na data-base das demonstrações financeiras, sem que tenha havido a transferência dos riscos e benefícios inerentes à sua propriedade, permanecendo, portanto, registrados no ativo do Instituto.

6. Outros Créditos

	2025	2024
Adiantamentos a fornecedores (i)	74.021,84	38.622,28
Créditos de Empregados (ii)	222.286,49	2.715,01
	296.308,33	41.337,29

(i) Refere-se a antecipações a fornecedores em virtude da exigência do pagamento antecipado.

(ii) Refere-se à antecipação de Férias de colaboradores, conforme preceitos da legislação trabalhista.

7. Despesas pagas antecipadamente

	2025	2024
Prêmios de Seguros	10.460,86	12.131,51
Vale-Transporte	17.507,64	13.963,46
Vale-Refeição/Vale-Alimentação	286.281,85	212.510,88
Vale Combustível	1.900,00	1.900,60
	316.150,35	240.506,45

8. Depósitos Judiciais e Depósitos Caução

	2025	2024
Depósito/Bloqueio Judicial (i)	127.539,57	32.566,73
Depósitos Caução (ii)	23.640,39	-
	151.179,96	32.566,73

(i) Referem-se aos depósitos judiciais provenientes de ações trabalhistas.

(ii) Depósito referente à início de contrato de manutenção do fornecedor GE HEALTHCARE.

9. Partes Relacionadas

Partes relacionadas a receber

	2025	2024
ISG - FILIAL 06	544.423,80	544.423,80
ISG - FILIAL 05	1.267.470,21	1.267.470,21
	1.811.894,01	1.811.894,01

Na data-base das demonstrações contábeis, o referido saldo permanece em aberto, tendo em vista que as filiais não dispõem, até o momento, de disponibilidade financeira suficiente para efetuar a quitação do valor devido.

10. Ativo e Passivo compensado

O grupo de contas do Ativo e do Passivo compensado refere-se aos bens patrimoniais cedidos pela SES-SP, quando aplicável, os adquiridos com recursos do contrato de gestão, e seus respectivos termos aditivos, além dos possíveis bens recebidos como doação, quando aplicável, que devem ser incorporados ao patrimônio da SES-SP, durante a vigência do contrato de gestão, firmado com o Estado de São Paulo, para auxiliar a prestação dos serviços propostos e apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Informática	Equipamentos Hospitalares	Bens Cedidos Para o Contrato de Gestão	Total
Em 31 de dezembro de 2024	418.847,14	101.696,26	284.398,50	1.259.620,08	24.432.311,64	26.496.873,62
Adições	193.292,00	54.046,11	10.323,44	13.419,64	3.980,00	275.061,19
Baixas	(888,00)	-	-	(1.497,93)	(35.000,00)	(37.385,93)
Reclassificações (i)	69.045,00	100.486,09	(215.936,50)	46.405,41	-	-
Ajuste (ii)	2.239,06	-	-	-	10.257.064,90	10.259.303,96
Em 31 de dezembro de 2025	682.535,20	256.228,46	78.785,44	1.317.947,20	34.658.356,54	36.993.852,84

(i) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram feitas reclassificações entre os grupos do ativo e passivo compensado com o objetivo de adequar a classificação contábil aos registros do sistema de controle patrimonial adotado pela unidade. Tais movimentações não impactaram o resultado do exercício, por se referirem a contas gerenciais (contas de compensação), tratando-se exclusivamente de ajustes de natureza classificatória.

(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram feitas as contabilizações de bens adquiridas pela SES nos anos de 2018 e 2019 e cedidas ao hospital com o objetivo de adequar a classificação contábil aos registros do sistema de controle patrimonial adotado pela unidade.

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores de bens e mercadorias (i)	2.149.531,15	1.527.563,10
Fornecedores de serviços (ii)	8.331.828,82	8.450.395,03
	10.481.359,97	9.977.958,13

(i) Os fornecedores de bens e mercadorias são decorrentes de aquisições, em sua grande maioria, de medicamentos, material médico hospitalar, gases medicinais e outros insumos inerentes à operacionalização das atividades hospitalares e ao atendimento aos pacientes.

(ii) Os fornecedores de serviços, que representam o total de serviços contratados (inclusive serviços médicos e hospitalares) são necessários a atividade operacional para atendimento ao contrato de gestão nº 024.00019610/2025-66, ISG-HRLN.

12. Salários e encargos sociais

	2025	2024
Salários a pagar	3.052.724,40	2.622.345,75
Rescisão a pagar	11.743,74	11.122,99
Empréstimo Consignado a Pagar	198.562,36	-
INSS (i)	245.951,94	1.318.284,91
IRRF s/ Salário	409.898,16	424.475,17
FGTS	465.164,85	385.194,51
Pis sobre folha a recolher (i)	-	33.449,58
Provisões férias e encargos	4.361.405,78	4.384.746,85
Outros (ii)	48.390,37	32.956,65
	8.793.841,60	9.212.576,41

(i) Em 27 de dezembro de 2024, por meio do Despacho GM/MS nº 201, foi concedido o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) ao Instituto. A publicação do despacho ocorreu em 08 de janeiro de 2025 no Diário Oficial da União, data que marca o início da vigência do certificado, garantindo ao Instituto a imunidade de contribuições à seguridade social, tais como INSS cota patronal e PIS sobre a folha de pagamento.

(ii) Refere-se a pensões alimentícias, autônomos e contribuições sindicais e assistenciais a recolher.

13. Obrigações Tributárias

	2025	2024
Imposto de renda retido na fonte	94.770,59	91.431,71
PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros	565.433,03	580.305,34
ISS retido de terceiros	4.264,85	29.555,91
INSS retido de terceiros	21.145,15	87.213,34
	685.613,62	788.506,30

14. Subvenções assistências a realizar

O montante de subvenção a realizar proveniente do contrato nº 024.00019610/2025-66 ISG-HRLN, e seus respectivos termos aditivos, está composto da seguinte forma:

Ano	Subvenção Recebida (+)	Rendimento aplicação (+)	Custo Imob. Anterior (-)	Outras Receitas (+)	Reconh. Custo de Glosa e Ajustes (-)	Custos Realizados (-)	Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)	Subvenção Prevista Anual	Saldo Acum. Sub. a Receber Conforme Cronograma Anual	Valor do Contrato/Aditivo	Saldo Acumulado de Subvenção a Receber	Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)
2024	179.665.229,44	2.196.896,96	100.627,90	3.311.937,35	(426.200,41)	192.901.581,00	2.480.750,73	179.665.229,44	-	149.407.208,78	45.544.283,94	48.025.034,66
2025	188.809.468,45	2.023.658,13	271.081,19	2.856.600,70	(916.444,30)	194.450.458,04	2.365.383,08	188.809.468,45	-	947.335.558,09	804.070.373,58	806.435.756,65

A subvenção não deve ser reconhecida até que exista uma razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à aplicação.

A subvenção aqui apresentada impõe determinada condição de desempenho futuro e/ou limitações em sua aplicação, sobre o Instituto (ISG/HRLN), dessa forma a mesma é controlada no passivo e somente após atendido os critérios de desempenho e/ou utilização do recurso é reconhecida como receita.

Os valores apresentados nesse demonstrativo referem-se às parcelas a serem executadas, previstas no Contrato de Gestão nº 024.00019610/2025-66, firmado entre a SES-SP - Secretaria de Estado da

Saúde de São Paulo e o Instituto, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HRLN, em Caraguatatuba - SP.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. a Executar (Passivo) ou a Receber (Ativo)" no valor de R\$ 2,365 milhões refere-se a valores a serem aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas – regime de competência), que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2026, conforme previsto no Contrato de Gestão nº 024.00019610/2025-66 ISG-HRLN, e seus respectivos termos aditivos.

Conforme descrito na coluna "Saldo Acumulado de Subvenção a Receber" e levando em consideração a previsão descrita no Contrato de Gestão, o valor global a ser repassado a título de Subvenções em 31/12/2025 é de R\$ 804,070 milhões até a conclusão do contrato, prevista para março de 2030.

Conforme descrito na coluna "Saldo Sub. Acumulada a Executar (Pos.) ou Déficit (Neg.)" o Instituto possui o saldo de R\$ 806,435 milhões para o reconhecimento da receita, tendo como contrapartida os custo/despesas equivalentes, limitando-se ao valor do lastro contratual.

15. Outros passivos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Provisão de Serviços Prestados	260.650,10	100.559,43
	<u>260.650,10</u>	<u>100.559,43</u>

Refere-se a provisões de serviços contratados e executados, conforme regime de competência, a serem faturados nos meses subsequentes.

16. Provisões Contingenciais

O instituto possui ações perante tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais. Portanto, em consonância com a classificação realizada pelo corpo jurídico, existe estimativa de causas classificadas em 31 dezembro de 2025, como perda prováveis, referente a ações judiciais no valor de R\$ 348.654,09 reconhecidas contabilmente. Contudo, em atendimento a NBC TG 25 (R2), o Instituto deve comunicar a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo departamento jurídico, como prováveis e possíveis perdas. Neste sentido, foram identificados pelo departamento jurídico do Instituto, valores classificados como provável e possível perda, sendo divulgado de acordo com o relatório dos advogados.

	2025			2024	
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Possíveis	Trabalhista	29	6.222.687,88	14	3.142.461,70
	Cível	3	913.215,53	4	279.200,00
	Tributária	0	-	0	-
TOTAL		32	7.135.903,41	18	3.421.661,70

	2025			2024	
	Tipo	Quant.	Valor Estimado	Quant.	Valor Estimado
Quantidade de ações Prováveis	Trabalhista	14	348.654,09	12	175.697,63
	Cível	0	-	0	-
	Tributária	0	-	0	-
TOTAL		14	348.654,09	12	175.697,63

17. Receitas operacionais Atividade de Saúde - com restrição

17.1. Programa atividade de saúde

	2025	2024
Programa Atividade de Saúde	189.570.199,21	187.392.746,69
	189.570.199,21	187.392.746,69

A receita de subvenção é realizada em razão da execução do contrato de gestão nº 024.00019610/2025-66, e seus respectivos termos aditivos, firmado com a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, para custeio na área de saúde.

17.2. Outras Receitas

	2025	2024
Contribuições e Doações (i)	2.535.158,43	3.229.415,17
Residência Médica (ii)	208.440,00	-
Outras Receitas (iii)	26.082,50	33.732,50
	2.769.680,93	3.263.147,67

(i) Refere-se a doações/bonificações recebidas para o projeto de oncologia realizado em 2025.

(ii) Referente ao convenio de concessão de Estágio Curricular obrigatório, sem vínculo empregatício, a estudantes regularmente matriculados junto à UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, nas dependências do Hospital Regional Litoral Norte (HRLN).

(iii) Refere-se a receitas provenientes de aluguéis sobre concessão de espaço para lanchonete.

	2025	2024
Total da Receita Atividade de Saúde – Com Restrição	192.339.880,14	190.655.894,36

18. Custos com programa de atividade de saúde - com restrição

	2025	2024
Custo de pessoal próprio (i)	55.315.371,11	59.067.929,32
Materiais médicos e hospitalares	7.026.010,65	6.476.063,99
Medicamentos	11.055.312,82	10.248.414,82
Gases	411.649,55	348.616,92
Materiais de uso e consumo	11.886.046,19	10.086.021,67
Ajuste de Inventário e Perdas	193.991,24	(476.938,42)
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	80.603.918,18	79.870.303,98
Provisão/(Reversão) contingencial (iii)	172.956,46	168.937,11
	166.665.256,20	165.789.349,39

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários.

(ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Higienização e Limpeza, Lavanderia Hospitalar, Vigilância e Segurança, Locação, Serviços Médicos, Serviços de Fisioterapia, SADT, Serviços Laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

(iii) A Entidade possui ações perante os tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões judiciais.

19. Despesas Operacionais Atividade de Saúde - Com restrição

Conforme detalhado na Nota 2.5 (Alteração de Critério de Apresentação), as despesas operacionais do exercício de 2025 foram reclassificadas para refletir a natureza específica dos gastos. As "Despesas Corporativas", que no exercício de 2024 foram apresentadas de forma unificada na Nota 19.2, passaram a ser segregadas em 2025 e realocadas nas seguintes rubricas: 19.1. Com pessoal: Remunerações, Encargos e Benefícios; 19.2. Serviços Prestados por Terceiros: Serviços Advocatícios, Serviços de Consultoria (i), Serviços de Contabilidade, Serviços Especializados em TI, Serviços de RH e Outros Serviços (iii); 19.3. Gerais e Administrativas: Utilidades e Serviços (i) e Outras Despesas (ii) e 19.4. Tributárias: IPTU.

19.1. Com pessoal

	2025	2024
Despesas com Pessoal	3.807.002,60	-
	3.807.002,60	-

No exercício de 2025 o Instituto passou a segregar as despesas com pessoal que antes eram classificados no grupo de despesa corporativa. Essas despesas corporativas, são compostas por gastos com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais.

19.2. Serviços Prestados por Terceiros

	2025	2024
Serviços Advocatícios	591.332,93	161.900,00
Serviços de Consultoria (i)	2.122.977,74	1.596.270,96
Serviços de Alimentação	6.530.515,55	6.305.053,24
Serviços de Contabilidade	200.123,23	179.400,00
Serviços Especializados em TI	1.961.357,86	1.144.555,41
Serviços RH	590.919,77	425.706,41
Despesas Corporativas (ii)	-	5.736.784,00
Outros Serviços (iii)	6.310.733,29	4.922.582,19
	18.307.960,37	20.472.252,21

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do hospital, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico.

(ii) As despesas corporativas são compostas por gastos administrativos, inclusive com funcionários, que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada unidade arca com as horas técnicas aplicadas por estes profissionais. Contudo, para o exercício de 2025, o Instituto passou a segregar as despesas corporativas por tipo de despesa, conforme detalhado na nota 2.5.

(iii) Os outros serviços são compostos por Serviços de Engenharia Clínica, Serviços Administrativos, Serviços de Auditoria, Serviços de Assessoria de Processos, Serviços Gráficos, Serviços de Frete e Serviços de Esterilização de Material Médico.

19.3. Gerais e Administrativas

	2025	2024
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	6.502,64	738,89
Utilidades e Serviços (i)	5.447.012,45	6.463.626,00
Viagens e Estadias	83.100,53	107.613,81
Outras Despesas (ii)	75.761,88	28.782,43
	5.612.377,50	6.600.761,13

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios, cartório, GLP e seguro predial.

(ii) São gastos com estacionamento e pedágio, anuidades e mensalidades, chaves e carimbos e indenizações cíveis.

19.4. Tributárias

	2025	2024
IOF	3.436,39	3.985,20
IPTU	14.868,11	-
Outros Impostos e Taxas (i)	5.135,93	12.974,05
	23.440,43	16.959,25

(i) Os outros impostos e taxas são compostos por taxas da Prefeitura de Caraguatatuba e taxas pagas ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia.

20. Bens Patrimoniais Atividade de Saúde - Com Restrição

Adquiridos	2025	2024
Bens adquiridos CG (i)	(271.081,19)	(100.627,90)
Receita Bens adquiridos CG	271.081,19	100.627,90
	-	-

(i) Custo dos bens adquiridos com recursos do Contrato de Gestão - CG e seus respectivos termos aditivos.

21. Resultado Financeiro Atividade de Saúde - Com restrição

	2025	2024
Receitas Financeiras	2.110.577,90	2.245.686,64
Despesas Financeiras	(34.420,94)	(22.259,02)
	2.076.156,96	2.223.427,62

22. Eventos subsequentes

Até a presente data, não houve fatos relevantes que pudessem ser objeto de destaque nesta nota.

Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas.

Caraguatatuba - SP, 24 de março de 2026

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente
CPF: 195.644.575-72

Raphael Lindenbach de Moraes
CRC 1SP 261037

Ernesto Stangueti
Diretor Financeiro
CPF: 846.816.088-15

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS RECEBIDOS NO EXERCÍCIO 2025				
DATA PREVISTA PARA O REPASSE (2)	VALORES PREVISTOS (R\$)	DATA DO REPASSE	NÚMERO DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS (R\$)
08/01/2025	15.206.439,12	08/01/2025	2025OB02405	15.206.439,12
23/01/2025	89.096,95	23/01/2025	2025OB03294	89.096,95
07/02/2025	15.206.439,12	05/02/2025	2025OB11624	15.206.439,12
24/02/2025	91.038,69	24/02/2025	2025OB08337	91.038,69
07/03/2025	15.206.439,12	05/03/2025	2025OB19273	15.206.439,12
20/03/2025	87.528,60	20/03/2025	2025OB10253	87.528,60
07/04/2025	15.767.557,00	03/04/2025	2025OB29878	15.767.557,00
24/04/2025	91.934,89	24/04/2025	2025OB12620	91.934,89
08/05/2025	15.767.557,00	06/05/2025	2025OB43411	15.767.557,00
23/05/2025	90.042,93	23/05/2025	2025OB15097	90.042,93
06/06/2025	15.767.557,00	05/06/2025	2025OB56928	15.767.557,00
06/06/2025	54.646,21	05/06/2025	2025OB17176	54.646,21
18/06/2025	92.283,43	18/06/2025	2025OB19917	92.283,43
07/07/2025	15.767.557,00	03/07/2025	2025OB69096	15.767.557,00
07/07/2025	54.646,20	03/07/2025	2025OB22015	54.646,20
14/07/2025	93.627,73	14/07/2025	2025OB23414	93.627,73

07/08/2025	54.646,20	05/08/2025	2025OB26635	54.646,20
07/08/2025	15.767.557,00	05/08/2025	2025OB81961	15.767.557,00
14/08/2025	70.871,18	14/08/2025	2025OB27477	70.871,18
05/09/2025	15.767.557,00	04/09/2025	2025OB94363	15.767.557,00
05/09/2025	54.646,20	04/09/2025	2025OB30183	54.646,20
17/09/2025	68.014,17	17/09/2025	2025OB31412	68.014,17
07/10/2025	15.767.557,00	03/10/2025	2025OBA7346	15.767.557,00
17/10/2025	70.121,64	17/10/2025	2025OB34665	70.121,64
07/11/2025	15.767.557,00	05/11/2025	2025OBC4705	15.767.557,00
19/11/2025	69.019,92	19/11/2025	2025OB36668	69.019,92
05/12/2025	15.767.557,00	05/12/2025	2025OBD8169	15.767.557,00
19/12/2025	68.768,46	19/12/2025	2025OB41385	68.768,46
19/12/2025	81.204,69	19/12/2025	2025OB41429	81.204,69
Total	188.809.468,45	TOTAL DOS VALORES REPASSADOS		188.809.468,45
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				16.286.390,59
RECEITAS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS DOS REPASSES PÚBLICOS				2.023.658,13
OUTRAS RECEITAS DECORRENTES DA EXECUÇÃO DO AJUSTE				262.843,30
TOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS DISPONÍVEIS NO EXERCÍCIO				207.382.360,47

DEMONSTRATIVO DO SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	
TOTAL DE RECURSOS DISPONÍVEL NO EXERCÍCIO	207.382.360,47
DESPESAS PAGAS NO EXERCÍCIO	190.018.097,10
VALOR AUTORIZADO PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO SEGUINTE	17.364.263,37

ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

Relatório - Contratado X Realizado - Ambulatorial - Gestão em Saúde

HOSPITAL REG. DO LITORAL NORTE - Período: De 01 até 12/2025

271 - Consultas Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Primeiras Consultas Rede	5.313	5.775	9%	5.586	7.725	38%
Interconsultas	1.971	2.356	20%	1920	3354	75%
Consultas Subseqüentes	21.939	18.192	-17%	23.700	18.681	-21%
Total	29.223	26.323	-10%	31.206	29.760	-5%

526 - Consultas Não Médicas	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Interconsultas	6.600	3.636	-45%	7.200	3.585	-50%
Consultas Subseqüentes	4.500	12.662	181%	4.800	13.090	173%
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	3.600	2.764	-23%	3.600	2.841	-21%
Total	14.700	19.062	30%	15.600	19.516	25%

680 - SADT Externo	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Radiografia	0	196	0	0	121	0
Mamografia	1.260	2.343	86%	1.260	2.116	68%
Radiologia	1.260	2.539	102%	1.260	2.237	78%
Ecocardiografia	624	536	-14%	648	523	-19%
Ultrassonografia com Doppler	180	252	40%	180	311	73%
Outras Ultrassonografias	1.110	1.481	33%	1.110	1.906	72%
Ultra-Sonografia	1.914	2.269	19%	1.938	2.740	41%
Tomografia Computadorizada	1.260	1.180	-6%	1.200	1.189	-1%
Ressonância Magnética	1.050	857	-18%	1.020	881	-14%
Ressonância Magnética com Sedação	300	63	-79%	300	64	-79%
Ressonância Magnética	1.350	920	-32%	1.320	945	-28%
Cintilografia	135	1	-99%	270	12	-96%
Medicina Nuclear in Vivo	135	1	-99%	270	12	-96%
Endoscopia Digestiva Alta	810	606	-25%	810	589	-27%
Colonoscopia	480	412	-14%	480	396	-18%
CPRE	135	59	-56%	120	84	-30%
Endoscopia	1.425	1.077	-24%	1.410	1.069	-24%
Radiologia Intervencionista	15	3	-80%	30	4	-87%
Cateterismo Cardíaco	150	96	-36%	150	82	-45%
Diagnóstico em Cardiologia (Exceto Cateterismo Cardíaco)	900	675	-25%	1.380	1.085	-21%
Diagnóstico em Neurologia	870	727	-16%	1.500	870	-42%
Diagnóstico em Oftalmologia	0	0	0	0	37	0
Outros exames em Mét. Diagn. Especialidades	330	65	-80%	660	236	-64%
Métodos Diagnósticos em Especialidades	2.250	1.563	-31%	3.690	2.310	-37%
Total	9.609	9.552	-1%	11.118	10.506	-6%

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Biopsia pele / partes moles	0	5	0	0	3	0
Biopsia próstata guiada por US	0	36	0	0	31	0
PAAF tireóide guiada por US	0	36	0	0	66	0
Total	0	77	0	0	100	0

189 - Tratamentos Clínicos	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Tratamento em Oncologia - Quimioterapia (QT)	2.766	1.953	-29%	2.832	2.915	3%
Tratamento em Oncologia - Hormonioterapia (HT)	4.860	5.868	21%	4.860	5.528	14%
Tratamento em Oncologia - Radioterapia	7.560	7.004	-7%	7.920	6.289	-21%

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Biopsia pele / partes moles	0	5	0	0	3	0
Biopsia próstata guiada por US	0	36	0	0	31	0
PAAF tireóide guiada por US	0	36	0	0	66	0
Total	0	77	0	0	100	0

770 - Produção do Serviço de Hemodinâmica	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
1- Cineangiogramia (cateterismo cardíaco)	0	172	0	0	263	0
2- Angioplastia coronariana - implante de Stent intracoronários	0	96	0	0	87	0
1- Angioplastia e Stent de vasos periféricos	0	2	0	0	23	0
4- Implante de filtro de veia cava	0	0	0	0	1	0
5- Portocath	0	29	0	0	30	0
Arteriografia cerebral	0	3	0	0	5	0
Total	0	302	0	0	409	0

ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

Relatório - Contratado X Realizado - Hospitalar - Gestão em Saúde

HOSPITAL REG. DO LITORAL NORTE - Período: De 01 até 12/2025

183 - Internações	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Clínica Médica	1.527	1.675	10%	1.638	1.684	3%
Pediatria	243	237	-2%	180	225	25%
Total	1.770	1.912	8%	1.818	1.909	5%

470 - Saídas Hospitalares em Clínica Cirúrgica	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Eletivas	2.199	1.826	-17%	2.310	2.003	-13%
Urgências	360	723	101%	360	715	99%
Total	2.559	2.549	0%	2.670	2.718	2%

322 - Hospital - Dia Cirúrgico/Cirurgias Ambulatoriais	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Cirurgia Hospital - Dia	1.392	1.374	-1%	1.584	1.588	0%
Total	1.392	1.374	-1%	1.584	1.588	0%

185 - Urgência / Emergência	1º Semestre			2º Semestre		
	Cont.	Real.	%	Cont.	Real.	%
Consultas de Urgência	3.741	4.264	14%	4.002	4.733	18%

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos diretores e conselheiros do

INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

GESTOR DO HOSPITAL REGIONAL DO LITORAL NORTE – HRLN

Caraguatatuba – SP

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HRLN - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos

fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG – Gestor do HRLN**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com os requisitos éticos pertinentes para nossa auditoria das demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com esses requisitos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

(a) Subvenções e Reconhecimento da Receita

Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Subvenções a Realizar, proveniente de repasses da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo – SES/SP, estão correlacionados na Notas “14. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR” e “17. RECEITAS OPERACIONAIS ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO”, ambas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade.

A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre Subvenções a realizar, no valor de R\$ 2,365 milhões, envolve o pressuposto de que o acordado no Contrato de Gestão nº 024.00019610/2025-66 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a **SES-SP** - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - **ISG**, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Hospital Regional do Litoral Norte - HRLN, será cumprido no exercício seguinte.

A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no Contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou custos/despesas, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 192,339 milhões. Contudo, não ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido menor que os valores repassados para o período em análise.

Resposta da auditoria ao assunto

Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras de contabilidade.

Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita.

Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com os custos e as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de "Subvenções Governamentais" no Passivo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "14. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(b) Critério Contábil – Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2)

Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", relacionados nas demonstrações contábeis individuais da Entidade.

A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão 024.00019610/2025-66 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes – ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Hospital Regional do Litoral Norte - HRLN, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do HRLN optou por acatar o novo entendimento contábil.

Resposta da auditoria ao assunto

NBCTGEC Estrutura Conceitual para relatório financeiro

Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a Resolução NBCTGEC de 2019, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, que dispõe sobre a estrutura conceitual para relatório financeiro e Resolução CFC NBCTG26 de 2017, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a representação fidedigna (essência sobre a forma) deve prevalecer.

Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das

demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s).

Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a representação fidedigna (essência sobre a forma), contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC NBCTG07 de 2017, que aprova a NBC TG 07 (R2) – Subvenção e Assistência Governamentais.

4. Ênfase

4.1. Continuidade das operações

Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão 024.00019610/2025-66 e seus respectivos termos aditivos. Contudo, indicamos a existência da incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em março de 2030. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto.

4.2. Transações entre partes relacionadas

Conforme Nota Explicativa “9. Partes relacionadas”, correlacionada em Nota Explicativa vinculada as Demonstrações Contábeis, não foram disponibilizados documentação formal, contendo autorização, com base no Contrato de Gestão e/ou aditivo, para a realização de transferências de recursos entre as unidades geridas sob a responsabilidade da Entidade e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos.

5. Outros assuntos

5.1. Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 28 de março de 2025.

6. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações

contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

7. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

(e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança uma declaração de que cumprimos os requisitos éticos pertinentes à independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Caraguatatuba – SP, 29 de março de 2026.

Work7 Auditores Independentes LTDA
CRC 1GO 001891

Jose Ricardo Xavier
Contador CRC GO-013785/O-0 - CVM 12.424